

## **4 PEDAGOGIA PARA A EDUCAÇÃO DOS JOVENS RURAIS. REFLEXÕES E SUGESTÕES**

Maria Nobre Damasceno

### **4.1 Educação no campo, com suporte nos estudos realizados**

Nas últimas décadas, foi produzido um conjunto significativo de estudos focalizando a situação da área da Educação Rural no Ceará e no Brasil, os quais procuram dar conta das formas e condições da produção neste campo da investigação. Uma síntese dessas pesquisas encontra-se no artigo “Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas”

As informações sistematizadas mostram que as pesquisas realizadas conferem ênfase a algumas dimensões e vertentes principais, conforme especificação a seguir: a) a educação efetivada no âmbito dos movimentos sociais (inclusive do MST) e suas relações com o desenvolvimento social; b) o estudo da educação escolar, realizada ao nível do ensino fundamental no meio rural; e c) relações educação e meio social, privilegiando o entendimento entre educação, trabalho e cultura no meio rural<sup>11</sup>.

---

11. O referido estudo da autoria de Damasceno e Beserra, publicado na revista Educação e Pesquisa da USP, mapeia e discute o conhecimento produzido na área da Educação Rural, nas décadas de 1980 e 1990, com o objetivo de esboçar o “estado da arte” neste campo de investigação. Entre outros aspectos, apresenta e discute temáticas de estudo mais recorrentes, a organização

Os estudos que privilegiam a temática da Educação e Movimento Social no Campo entendem que a educação é expressa não apenas no espaço escolar, mas também nas diversas formas de manifestação dos movimentos sociais. Reconhecem, ainda, que esses movimentos criam condições de produção e apropriação do saber, objetivando uma compreensão mais adequada de sua realidade. Com efeito, a dimensão educativa aparece como importante objeto de investigação.

A análise da prática educativa embutida nos movimentos sociais compreende um tecido vasto e rico sob investigação, destacando-se como tópicos: a própria constituição desses movimentos, o estudo do conjunto das ações que seus agentes desenvolvem para a elaboração de sua identidade como sujeitos coletivos, assim como o saber da prática social gestado no cotidiano das lutas camponesas.

Em suma, essa vertente de pesquisa parte da premissa de que, no tocante a educação rural, é preciso considerar, no conjunto dos saberes historicamente produzidos, aquele proporcionado pelos atores sociais em sua prática produtiva e política, tendo em vista que este saber contém enorme valor social e educativo em virtude das diversificadas condições de vida e trabalho nele embutidas. Por conseguinte, diferentes formas de organização social e política criam variadas visões de mundo, nas quais há um rico tecido educativo sob permanente elaboração. As investigações constatarem recorrentemente ser de fundamental importância averiguar os condicionantes estruturais e conjunturais que produzem e reproduzem as ações educativas, bem como os agentes sociais das referidas práticas, com suas lutas, representações e identidade.

---

regional dessa produção e, ao final, as tendências atuais e as temáticas ainda não suficientemente exploradas.

A produção científica referente a esta temática ilustra o fato de que os movimentos sociais no campo, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), constituem espaços privilegiados de resistência, luta e organização de um saber que traduz a realidade de seus atores. Assim, o ato de repensar a educação deve necessariamente ser mediado pelos interesses do grupo a quem a atividade educacional se destina, especialmente por aqueles expressos pelo movimento social, haja vista ser esta a instância de entendimento e reelaboração do saber nas relações sociais de produção dos envolvidos.

Por seu turno, as pesquisas voltadas para o tema educação escolar, apesar de reconhecerem que a escola pública rural efetivamente existente é limitada e precária, consideram que essa instituição tem papel social fundamental, especialmente no que concerne à divulgação do saber universal para a população desfavorecida, devendo, por isso, ser avaliada e, sobretudo, ter sua função sócio pedagógica redefinida, para que, de fato, venha a atender aos reais interesses do grupo social na qual se insere e a quem se destina.

Os estudos envolvendo esse tema tencionam dar suporte científico, quer para a esfera da formulação de políticas educacionais destinadas ao setor público, quer para a implementação de programas educacionais adequados à realidade da população camponesa.

Assim, as pesquisas nessa área procuram contribuir para fundamentar a ação do Estado, como instância formuladora de políticas educativas, e analisar as reais condições da rede escolar e, ainda, reaver a ação pedagógica realizada nesse contexto, enfatizando a formação do professor, sua prática pedagógica e suas condições de vida e de trabalho.

No que tange às relações entre educação escolar e meio social, as pesquisas, mantendo coerência com a opinião das famílias rurais, reforçam a necessidade da melhoria da qualidade do ensino ministrado, explicitando que a prática escolar deve se harmonizar aos interesses dos educandos e à realidade do meio sócio cultural, refletindo a dinâmica das relações entre a escola e a prática produtiva, assumindo, portanto, a premissa do trabalho como princípio educativo. Apontam, por conseguinte, para a necessidade de superação da dicotomia entre a escola e o trabalho, vislumbrando mecanismos voltados para articulação entre a escola e os movimentos sociais.

Tais estudos evidenciam uma vertente deveras interessante e promissora, traduzida no processo gradativo de constituição de uma escola rural que nasce no seio dos movimentos sociais e procura atender ao princípio da adequação do ensino aos interesses das populações rurais. Conforme mostram os estudos que discutem o significado da escola rural para o camponês (DAMASCENO, 1995, 1998; BRANDÃO, 1997; CALDART, 1995). O movimento social do campo vem realizar ações com vistas ao estabelecimento de uma escola pública sintonizada com os interesses dos seus beneficiários - os camponeses. Na concretização desta escola, torna-se necessário deslocar radicalmente os sujeitos e os propósitos da educação escolar, colocando no centro os usuários e seus interesses. Isto significa, em última instância, que a luta pela escola do trabalhador rural está intimamente vinculada pela já superação das desigualdades sociais.

Desse modo, as pesquisas deixam claro também que, embora a realização do projeto político-pedagógico da escola do trabalhador rural, especialmente para os jovens, seja uma tarefa complexa, o próprio movimento popular historicamente atua na sua elaboração, em razão de esta nova escola se tornar cada vez

mais necessária, como instrumento de apoio técnico, intelectual e político nas lutas que os camponeses travam diariamente.

Isso significa um esforço para se buscar formas de integração entre o saber sistematizado pelas instâncias científicas, o chamado saber acadêmico, e aquele historicamente elaborado pelos agentes sociais nas suas práticas produtivas e políticas (DAMASCENO e THERRIEN 1993): Essa articulação constitui um caminho fecundo para a união trabalho-escola rural.

Convém ressaltar que essa vinculação entre trabalho e educação não tem neste contexto, primeiramente, o sentido didático, qual seja, aquele referente à utilização do trabalho como recurso pedagógico; também não se trata de um método para intensificar a produção social, mas sim o único método que permite produzir homens plenamente desenvolvidos. Quer dizer, para a concepção aqui adotada a união entre trabalho e ensino não se limita à mera caracterização pedagógico-didática, pois se identifica com a própria essência do homem. Entendemos, portanto, que a educação deve estar intimamente ligada às transformações das condições de vida e de trabalho do grupo social onde se encontra.

Com base nessas reflexões, observamos que a ação educativa numa sociedade marcadamente desigual como a nossa é visceralmente perpassada pelas contradições sociais de sorte que deve considerar a dupla perspectiva que a educação assume neste contexto: Por um lado, reconhecer que a educação funciona como importante instrumento de fortalecimento do poder dos grupos dominantes e, por outro, a clareza de que a transformação radical da sociedade não se produz espontaneamente, exigindo a participação da educação nas lutas diárias dos trabalhadores daí o papel da educação como arma na luta contra todas as formas de opressão, como instrumento moral e intelectual das classes dominadas.

A premissa fundamental implícita nessas elaborações é a possibilidade de que a educação tem de exercer um papel preponderante na criação de uma nova cultura, privilegiando uma educação que não seja mero instrumento de reprodução dos valores dominantes, mas que contenha o embrião de uma sociedade realmente democrática. Isso significa reconhecer a importante tarefa que a educação pode desempenhar no jogo de forças que tem lugar na sociedade civil.

#### **4.2 Elementos para uma pedagogia adequada ao ensino para os jovens do meio rural**

##### *- Reflexões acerca dos fundamentos dessa pedagogia*

A perspectiva adotada aponta para a necessidade de compreender a fundamental importância da vinculação orgânica entre a escola e a cultura, haja vista que esta instituição tem como finalidade precípua o saber. Vale ressaltar, então, a relevância de focar no cotidiano da escola pública essa articulação entre o “saber oficial” presidido pela racionalidade instrumental e o saber da prática social que se norteia pela racionalidade interativa (HABERMAS, 1988).

Um caminho possível para a gradativa articulação dos saberes diversos reside objetivamente no confronto do saber elaborado produzido por meio da atividade científica (conhecimento dito universal trabalhado pela escola) com aquele propiciado na atividade produtiva e política dos trabalhadores, da qual a juventude participa ativamente; considerar a contribuição do movimento social popular neste processo.

Com efeito, a estrutura socioeconômica não produz apenas a materialidade, mas também a subjetividade, “o modo capitalista de pensar”. Em contraposição, utilizando o instrumental da

dialética, há alguns anos, investigamos o saber que os próprios trabalhadores produzem no seu cotidiano: Nestes estudos, destacamos o *saber da prática social* elaborado no exercício produtivo e político dos agentes sociais, especialmente dos camponeses, com base no qual este transmite aos descendentes sua atividade produtiva, suas histórias de vida e de lutas, ensinando-os a interpretar e viver sua realidade e a exercer suas capacidades criativas (DAMASCENO, 1992, 1993, 1994, 1995).

A análise busca compreender esses movimentos objetivando captar e entender o significado político-pedagógico dessas lutas, enfatizando o papel da práxis como instrumento educativo. Noutros termos, tentamos neste estudo verificar como a práxis educa que tipo de pedagogia e de *saber da prática social* é reforçado ou criado na luta social do campo. Para tanto, torna-se necessário captar e interpretar o sentido que os próprios atores sociais, inclusive o segmento juvenil, têm de sua realidade, aprender como eles vivem como pensam como produzem suas concepções de mundo, sua cultura, desvelando assim sua mentalidade, suas novas direções e perspectivas.

Como decorrência dessa reflexão, o ensino para os jovens do meio rural deve trabalhar com teores ao mesmo tempo *diferenciados*, oriundos da vida cotidiana, enraizados na vida real dos sujeitos e universais propostos pelas diretrizes curriculares. A produção científica referente aos saberes das práticas sociais dos camponeses e das organizações juvenis revela que os movimentos sociais no campo constituem espaços privilegiados de resistência, luta e *produção de um saber* que traduz a realidade de seus agentes. Assim, o ato de repensar a educação e uma escola adequada aos interesses da juventude campesina deve, necessariamente, ser mediado pelos interesses do grupo a quem ele se destina, tentando dar resposta à indagação – que tipo de escola e ensino eles querem

e precisam? Haja vista ser esta a instância de compreensão e reelaboração do saber nas relações sociais de produção dos envolvidos.

Nossa opinião é de que as bases e os mecanismos práticos para uma educação enraizada na cultura e na realidade dos educandos se encontram formulados na Pedagogia de Freire, bem como daqueles que estudaram e aperfeiçoaram o pensamento e a prática pedagógica do referido Autor. Desde esta perspectiva, é possível distinguir no processo educativo dois momentos simultâneos e organicamente articulados entre si: i) o instante da crítica, em relação às práticas vigentes, portanto, do tipo de ensino que de ordinário é realizado da escola rural, marcado pelo artificialismo e a inadequação à realidade dos destinatários; ii) e o momento proposição de uma educação popular adequada aos interesses dos jovens e suas famílias, como grupo social no qual esta prática se insere, o que significa trabalhar a partir da cultura, dos interesses, do *saber da prática social*, dos grupos específicos, mas articulando com formas de saber mais bem elaboradas.

A noção de saber social é delimitada como *o conjunto de conhecimentos e habilidades, valores e atitudes que são produzidos pelas classes sociais em uma situação histórica dada de relações, para dar conta dos seus interesses*. (GRZYBOWSKI, 1982:50). Esta abordagem aproxima-se da concepção gramsciana, que entende o homem como sujeito de relações consigo mesmo (individualidade), com os outros seres humanos (sociabilidade) e com a natureza, numa interação criativa e construtiva (do real), de onde emerge uma consciência individual e social, crítica e transformadora de si e do meio, o que significa, em última análise, a gestação de um saber da prática social.

Por conseguinte, a categoria *saber da prática social* está sendo utilizada como conceito operacional com um conteúdo que permite apreender e explicar o saber engendrado na prática pro-



dutiva e política dos agentes sociais, mas também o conhecimento de que os grupos sociais se apropriam nas relações pedagógicas travadas com os vários agentes educacionais que atuam no meio físico e social (trabalhadores, professores, técnicos, agentes pastorais militantes de partidos políticos etc.). É importante deixar claro o caráter histórico deste saber, isto significando, que, o saber trazido pelos agentes educacionais se traduz em *saber da prática social*, à medida que é apropriado e incorporado pelo grupo social - em função da sua prática social, dos seus interesses, na qualidade de grupo social específico, caso concreto da juventude rural.

Nas pesquisas que desenvolvemos, envolvendo tanto os movimentos sociais do campo quanto escolas, nos centralizamos em dois objetivos principais: i) clarificar o saber produzido e/ou reelaborado na práxis cotidiana de grupos sociais específicos como expressão das atividades e dos movimentos realizados cotidianamente por esses grupos - que definimos como *saber da prática social*; ii) averiguar as formas de articulação entre este *saber da prática social* e o saber trabalhado pelas instituições educativas, com vista a contribuir com o processo formativo realizado pela educação popular, especialmente no meio rural. Nosso esforço se desenvolve no sentido de descobrir as formas e os mecanismos mediante os quais este saber gestado na prática social dos grupos específicos que interagem com a instituição escolar penetra a ação pedagógica desenvolvida pela escola. Noutros termos, significa averiguar em que medida a escola valoriza e trabalha com base na socialização vivenciada pelos jovens, ou seja, as experiências e saberes do seu meio social, de que maneira se preocupa em entender a lógica e o modo como esses educandos e suas famílias se expressam, as relações que estabelecem entre o conteúdo trabalhado e a vida cotidiana. Importa o fato de que, via de regra, este saber não é reconhecido, visto que ele se orienta por uma lógica,

uma racionalidade, um conjunto de princípios distintos daquele que preside a racionalidade técnica e científica.

É importante deixar evidente o caráter histórico deste saber. Isto significa que o saber trazido pelos agentes educacionais, se traduz em *saber da prática social*, à medida que é apropriado e incorporado pelo grupo social - em função da sua prática social, dos seus interesses, como grupo social específico. Com o propósito de deixar claro o conteúdo do *saber da prática social* explicitamos três dimensões que qualificam este tipo de saber: i) trata-se de um saber constituído coletivamente no processo de trabalho, nas práticas culturais, nas relações de trabalho, na prática organizativa e política; ii) é um saber hierarquizado pela prática social do grupo, isto é, em função das prioridades da vida real, da luta cotidiana; iii) a força deste saber reside em ser o mesmo instrumento da prática social permitindo ao grupo inserir-se em determinadas relações econômicas, políticas e culturais.

Portanto, é um instrumento mediante o qual o grupo participa, integrando-se e/ou opondo-se, resistindo, lutando no contexto das referidas relações. Nosso interesse concentra-se no rico tecido da prática social de vários agentes sociais estudados (camponeses, educadores, juventude etc.), tendo em vista que este é o manancial de onde jorra o saber da prática social, um corpo vivo de relações entre seus integrantes, que, por sua vez, realimenta suas práticas. Tais relações são simultaneamente econômicas, sociais, culturais e políticas. Nosso interesse é penetrar este emaranhado de interações para ver seu conteúdo, divisor a multiplicidade e a diversidade de relacionamentos que se desenvolvem entre as pessoas (homens, mulheres, jovens, adultos, velhos, crianças e entender as trocas que elas realizam entre si (envolvendo trabalho, serviços, significados ações solidárias, saberes).

Em suma é importante ter a evidência do papel da escola como instrumento concreto do desenvolvimento do homem e da sociedade civil. Esta visão está intimamente vinculada as possibilidades que a educação e escola têm, com vistas a contribuir para a formação da consciência, o desenvolvimento de valores que permitam a formação de uma sociedade mais justa e solidária. Resta evidente, portanto que advogamos um processo formativo constituído num movimento dialético de elaboração que parte da prática do grupo (sua cultura, seus saberes, seus valores), articula esta contribuição com os saberes sistematizados, ditos universais, e retorna à prática social dos participantes. Acredita que o ensino para a juventude rural deve seguir uma orientação pedagógica simultaneamente diferenciada (enraizada em seu meio e em seus interesses) e universalizada, que permita sua inserção na sociedade mais ampla.

#### *- Orientações pedagógicas e metodológicas para o ensino da juventude rural*

Incurtionando pelo interior da escola, é possível perceber alguns avanços na sua prática pedagógica. Em parte das escolas estudadas, um dos pilares do projeto pedagógico reside precisamente no trabalho de *socialização* dos educandos. O processo se inicia com o relato de algum acontecimento importante vivenciado pelos jovens na família, no assentamento, na comunidade ou nas organizações juvenis. Segue-se a discussão do significado socioexistencial do fato com a participação de todo o grupo. Posteriormente, é realizado o trabalho com a linguagem oral e escrita, culminando com a produção de pequenos textos e/ou a exploração do conteúdo de outras áreas curriculares (Ciências, Artes etc.).

Exemplifiquemos com as atividades desenvolvidas em torno do tema o *trabalho do agricultor*. Foi observado o esquema seguinte: a) a realidade do tema foi trazida até a sala através do depoimento de um agricultor da região; b) os jovens, com incentivo da professora, passaram a conversar sobre os diversos elementos componentes o assunto, um rico momento de troca de experiências e das visões que tinham sobre o assunto, além da riqueza de expressão oral, pois cada um queria contar sua história, e a professora estimulava no sentido de que o educando completasse a história que o colega havia iniciado; c) depois que o tema foi bastante explorado, os jovens receberam uma folha em branco e foram incentivados a passarem para o papel (expressão escrita) a sua versão da história, por via do desenho e da formulação de frases escritas. No momento, houve um clima de ajuda mútua, de troca, de intercâmbio de conhecimento.

Convém sublinhar o fato de que o trabalho da socialização envolve um conjunto de temas bastante diversificados, desde problemas sociais que povoam o dia a dia das famílias e da área, passando por aqueles que são objeto das lutas sociais dos moradores, como a peleja pela terra e por condições para produzir, exploração do produto gerado pelo camponês pelos grupos dominantes da sociedade, cidadania, geração de emprego e renda no meio rural; abrangendo, também, as formas de manifestação da cultura popular, como festas juninas, reisado, bumba -meu - boi, cantorias, literatura de cordel, folclore, entre outras.

A fala de uma das professoras revela como o grupo docente vê esse processo: *no momento que a gente começa a socializar, a discutir e resgatar as questões que interessam eles participam porque é a realidade deles que está sendo discutida vivenciada e até confrontada.*

Observamos, por outro lado, que, além da atividade realizada na sala de aula, a socialização envolve um momento de

culminância no espaço coletivo da escola (pátio), implica um caráter não apenas mais coletivo, mas também mais rico, onde os assuntos são retrabalhados por intermédio da dramatização e de outras formas de expressão artística. Tivemos a oportunidade de ver temas como família, participação dos jovens, cidadania e folclore sendo trabalhados mediante esta sistemática.

A pedagogia da alternância constitui opção viável para a educação rural. É adaptada e posta em prática em diferentes regiões brasileiras. Infelizmente, a implantação desta experiência é ainda bem reduzida, portanto, com resultados parciais. A importância maior da pedagogia da alternância reside no fato de que ela possui os princípios da pedagogia freireana, mas com uma metodologia já adaptada as condições dos jovens do meio rural, pois ela tem por eixo central a *relação trabalho-educação* que, no contexto do campo, é essencial e constitui o ponto de partida (já mencionado) para uma prática educativa enraizada na cultura, nos valores, nos saberes, nas práticas sociais (inclusive nas práticas produtivas) dos jovens camponeses.

A metodologia da Pedagogia da Alternância realiza-se no Brasil em duas vertentes principais: a das Escolas Famílias Agrícolas (EFA) e a das Casas Familiares Rurais (CFR). A duração das atividades dessas experiências é de cerca de três anos, em regime de internato, com a adoção do método de alternância, sob o qual os jovens passam parte do tempo (uma ou duas semanas) na propriedade, no meio profissional rural e uma semana na escola (EFA ou CFR). Durante o tempo na propriedade ou no meio profissional, o jovem realiza um *Plano de Estudo*, discute sua realidade com a família, com os profissionais, e provoca reflexões, planejam soluções e realizam experiências apropriadas à sua realidade, disseminando assim novas técnicas nas comunidades; e, durante o tempo na “escola”, os jovens *colocam em comum*, com

ajuda dos monitores, os problemas, as situações levantadas na realidade, buscam conhecimentos para compreender e explicar os fenômenos científicos e oferecer aos jovens rurais uma formação integral, adequada a sua realidade, que lhes permita atuar, no futuro, como um profissional no meio rural, além de se tornarem homens e mulheres em condições de exercerem plenamente a cidadania.

*- Sugestões de uma educadora aos colegas que trabalham nas escolas rurais*

Prossigamos com algumas sugestões e diretrizes que julgamos importantes no que diz respeito ao trabalho nas escolas rurais e os obstáculos enfrentados por estes profissionais na sua ação educativa.

Em primeiro lugar, é fundamental que o projeto político-pedagógico que orienta e define as diretrizes à prática curricular (em suas grandes linhas) seja elaborado de forma conjunta, envolvendo o pessoal técnico, professores e comunidade (especialmente as famílias e os jovens). Na fala de um dos membros da direção da escola, este processo direcionado para a elaboração coletiva do currículo é ressaltado: *o currículo dessa escola foi muito discutido, a gente tentou ver quais eram as necessidades da comunidade e dos jovens, embora a gente tenha dificuldade em colocar totalmente em prática devido os recursos humanos.*

Dentre as sugestões e diretrizes que podem nortear o trabalho docente para um trabalho pedagógico com os jovens rural(IS), ressaltamos:

- uma ação docente que opere a efetiva articulação entre a prática pedagógica realizada pela escola e os interesses e a ação desses agentes sociais (bem como o saber resultante

dessa prática social), notadamente daqueles a quem se destina a escola que, no caso, são jovens filhos de camponeses e trabalhadores rurais. Este fato requer transformar a escola num instrumento que opere a *articulação* entre o *saber interativo* gestado na prática social com o *saber curricular* (dito universal). Os estudos realizados em torno desta temática (DAMASCENO, 1993), indicam que o saber da prática social se caracteriza, sobretudo, pela riqueza das interações dos seus integrantes, pela articulação entre seus componentes, revelando que ele possui suas formas sociais, as próprias estruturas e regras peculiares de organização e justificação da vida social;

- uma ação docente, envolvendo a união entre educador e jovem educando, que permita caracterizar a prática educativa como uma autêntica síntese cultural (P.Freire), resultante da integração entre a cultura mais elaborada e as culturas juvenis e a cultura popular: seu conteúdo é popular, porém sua forma deve estar de acordo com o pensamento avançado. Nosso pressuposto é a possibilidade que tem a educação (sentido amplo) de exercer um papel predominante na recriação da cultura, o que significa reconhecer o importante papel desempenhado pela educação no jogo de forças que tem lugar na sociedade civil (DAMASCENO, 1990)
- uma ação pedagógica direcionada pelo princípio da união educação e trabalho produtivo, que, no caso da juventude, é essencial, direcionado para a melhoria da qualidade de vida dos jovens produtores rurais, mediante a aplicação de novos conhecimentos técnico-científicos articulados com os conhecimentos familiares, o que pode ser concretizado nos moldes da pedagogia da alternância;

- uma ação pedagógica que estimule no jovem rural o sentido de comunidade, vivência grupal e desenvolvimento do espírito associativo, e a consciência de que é possível, mediante técnicas de produção adequadas de transformação de comercialização, viabilizar uma agricultura sustentável, sem agressão e prejuízos ao meio ambiente, inclusive com o desenvolvimento de práticas capazes de organizar as ações de saúde de nutrição e cultural das comunidades.

Temos clareza de que estas diretrizes encontram sérias dificuldades de realização especialmente no Nordeste, onde tais obstáculos são reiterados em todos os estudos: precárias condições das escolas, formação insuficiente e inadequado dos professores, remuneração irrisória dos educadores, material didático insuficiente e inadequado, pobreza das famílias etc. Mesmo nas escolas de assentamento que estudamos, as observações mostram que a prática pedagógica nem sempre leva em conta o meio social, a riqueza das práticas educativas geradas nas lutas, significando que não há, ainda, uma adequada integração entre o trabalho da professora e a realidade cotidiana dos jovens e das famílias, com vistas a transformar a escola em elemento dinâmico e gerador de práticas novas e criativas.

Ante esta tendência, porém, e para a escola que nos interessa (re) construir, necessário se faz superá-la, no sentido de elaborar uma escola efetivamente comprometida com os interesses das camadas majoritárias da população.

Para rematar esta parte, reafirmamos que, nas áreas rurais, onde há um movimento social organizado, esta realidade sinaliza hora o fato de que mudar é possível, tendo em vista que se trata de grupos sociais nos quais predominam as relações primárias e diretas, onde os encontros informais são frequentes, e nestes,



quase sempre, ocorre a troca de informações sobre as questões da escola, e a vida do educando. Nos assentamentos, há um esforço para que a professora se identifique com a luta pela terra e que nas reuniões pedagógicas com os pais não sejam tratados apenas os assuntos referentes à rotina da escola, e sim que se tomem decisões coletivas, visando a reivindicar, junto ao Poder Público, a melhoria das condições da escola e do ensino.

### **4.3 O desenvolvimento socioeconômico e as tendências na educação do jovem rural**

Preliminarmente, julgamos interessante trazer alguns elementos acerca do perfil de desenvolvimento agropastoril no País e a seguir debatendo o estado da educação da juventude no contexto rural. Na sociedade rural brasileira atual, coabitam dois projetos principais de desenvolvimento agropastoril.

Um é aquele que usa a estratégia dos agronegócios, o qual, por se basear no uso da alta tecnologia, na elevada especialização produtiva do setor primário, só pode empregar pequena parcela do imenso excedente de força de trabalho. Isto significa que ampla parcela da mão de obra rural deixa de ser absorvida. Quer dizer, fica por conta dos outros setores da economia. Os próprios defensores do projeto de agronegócios estimam que cerca de 15% da população brasileira deverão sair do campo nas próximas décadas, significando que a competitividade do agronegócios não comporta a absorção de 18 milhões de camponeses que necessitam de ocupação nas atividades de seu segmento primário (segundo estudo do IBGE, 2008).

O outro projeto é o da agricultura familiar, que busca maximizar as oportunidades de desenvolvimento humano em um maior número possível das microrregiões rurais. Em vez da es-

pecialização devoradora de postos de trabalho, busca *diversificar as economias locais*, a começar pela própria agropecuária. Procura adotar um tipo de dinâmica rural resultante da diversidade multissetorial. Vale realçar o fato de ser no contexto da agricultura familiar que germina grande parte da pequena empresa de natureza comercial e artesanal, que diversifica as economias locais, notadamente àquelas implementadas pelos jovens. Estes estabelecimentos agrícolas de economia familiar multissetorial engendram altas densidades populacionais e dão flexibilidade ao mercado de trabalho, suavizando os impactos em períodos de desemprego.

Para se ter noção da importância da agricultura familiar, dados do IBGE (2008) evidenciam que ela está presente em 86% dos estabelecimentos agrícolas brasileiros, embora ocupem apenas 30,5% da área total. Sua força econômica é traduzida no fato de representar 38% do Valor Bruto da Produção Nacional, sendo responsável pela produção de 84% da mandioca, 67% do feijão, 49% do milho, 31% do arroz e quantidades expressivas de soja, suínos, leite e outros produtos importantes para o abastecimento interno.

O desenvolvimento rural, no entanto, só poderá ocorrer com investimentos em áreas estratégicas, não apenas envolvendo o domínio de conhecimentos técnico-científicos que permitam a elevação da produtividade e a diversificação da produção e da comercialização, mas também a expansão de serviços públicos essenciais - saúde, educação, segurança e transporte - para possibilitar a prosperidade e a conquista da dignidade do homem e da mulher do campo.

Dentro desse quadro complexo, cabe examinar as mudanças ocorrentes na política educacional para o meio rural.

A primeira tendência é fruto da política estatal (nos âmbitos federal, estadual e municipal) visando a atender a Constituição de

1988, que determina a obrigatoriedade do ensino fundamental para todas as crianças e igualdade de condições para o acesso e permanência dos alunos na escola independentemente do local onde residam. O modelo adotado consiste na aglutinação das escolas, permitindo a *concentração* de alunos de uma dada área numa mesma escola de maior porte, um modelo similar ao grupo escolar urbano, que permite levar para o campo o ensino fundamental (em alguns casos com a extensão do ensino de quinta a oitava séries), que implica a eliminação gradativa das escolas isoladas e das classes multisseriadas.

Tal modelo é regido pelo princípio da eficiência e visa, sobretudo, a contribuir para a melhoria do aprendizado dos alunos e a superação da histórica deficiência da escola rural. Para que essas transformações ocorram, faz-se necessário um grande investimento em dois setores: na construção de escolas maiores, com várias salas de aula, para comportar os estudantes da microrregião e no transporte escolar, um serviço que os municípios implantam (de modo nem sempre satisfatório) para obrigatoriedade da escola para todos.

Os resultados da política estatal do ponto de vista quantitativo são positivos, pois é observado aumento significativo do acesso escolar no período. Segundo as estatísticas oficiais, mais de 90% da clientela do ensino fundamental têm acesso à escola (em torno de três anos de escolaridade), o que constitui, sem dúvida, um avanço. Por outro lado, o modelo implantado é predominantemente urbano, indicando ser ele inadequado à realidade camponesa, e, decerto, é, um tipo de educação que não concorre para modificar significativamente o atual perfil econômico do meio rural brasileiro.

Outro déficit diz respeito à situação dos adolescentes, jovens e adultos que não tiveram oportunidade de realizar a escolarização

na idade adequada. Para estes segmentos, os do tipo “supletivos” nem sempre garantem uma recuperação da escolaridade necessária, tampouco os conteúdos e práticas desenvolvidas são apropriadas aos interesses e necessidades dessa população.

Por outro lado, no âmbito do sistema de ensino público rural, o grande diferencial é representado pelo Programa Escola Ativa, apoiada pelo MEC/SEF/Fundescola e realizado pelos municípios. Este se iniciou pelo Nordeste (1997) e se expandiu para o Norte e o Centro-Oeste. A experiência abrange um contingente de escolas com trabalho voltado para a melhoria da qualidade do ensino. A ação pedagógica usa material didático elaborado para apoiar a atividade docente, centraliza-se na *socialização* dos educandos com arrimo em temas extraídos do cotidiano e do meio social dos alunos.

Cabe destacar, igualmente, opções que nascem no âmbito dos movimentos sociais do campo e procuram atender aos princípios básicos- da adequação do ensino aos interesses dos camponeses e da união escola e trabalho produtivo. Retornamos ao eixo que privilegia a importância e a força educativa traduzida pela participação efetiva do movimento popular, daí o papel importante exercido pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), quer na formulação, quer na prática de uma escola adequada aos interesses dos camponeses.

Conforme evidencia parte dos estudos realizados, focando o significado da escola rural para o camponês (DAMASCENO, 1995 e 1998; CALDART, 2000), o movimento social do campo, realiza ações com vistas à elaboração social de uma escola adequada aos camponeses; cabendo destacar o fato de que, na concretização desta escola, se torna necessário deslocar radicalmente os sujeitos e os propósitos da educação escolar, apondo no centro os usuários e seus interesses. Isto significa, em última instância,

que a luta pela escola do trabalhador rural deve estar intimamente vinculada à pejeira pela superação das desigualdades sociais.

As pesquisas mostram, também, que, embora a realização do projeto político-pedagógico da escola do trabalhador rural seja uma tarefa complexa, o próprio movimento popular, historicamente atua na sua elaboração, tendo em vista que esta nova escola se torna cada vez mais necessária, como instrumento de apoio técnico, intelectual e político nas lutas que os camponeses travam diariamente. O caminho apontado para se redimensionar a educação rural consiste em privilegiar a agricultura familiar e o produtor rural (como entidade coletiva na sua atividade real e nas suas lutas) como sujeito deste processo de recriação da educação e da escola, visando à recriação da cultura mediante a apropriação do saber e a reelaboração deste em função dos seus interesses, especialmente no caso da juventude.

É importante ressaltar que as famílias engajadas no movimento social do campo têm clareza quanto à função social desta nova escola: *A escola deveria preparar o aluno para não aceitar essa situação onde poucos têm muito e a maioria não tem tão pouco; penso que os professores e os trabalhadores juntos podiam fazer uma escola diferente.*

Esta atitude encontra apoio na proposta pedagógica do MST para as escolas de assentamentos, que se pauta pelos seguintes princípios: i) os assentados devem dominar coletivamente a base de conhecimentos científicos necessários ao avanço produtivo e organizativo dos assentamentos; ii) desenvolver uma proposta de educação que proporcione aos educandos experiências concretas de transformação da realidade; iii) ajudar na formação integral de novas personalidades capazes de incorporar, em todas as dimensões de sua vida cotidiana, valores que estão sendo criados pela prática da luta e iv) educar sujeitos com capacidade

e consciência organizativa e possuidores de uma visão de mundo refletida e que lhes dá cristalina compreensão de tudo o que ocorre ao seu redor, tanto na natureza como na vida social.

Em suma, na visão de parte do campesinato, está ilustrado que o eixo para se buscar transformar a educação reside em considerar o trabalho e, conseqüentemente, as relações de trabalho (incluindo a dimensão sociopolítica, representada pelas lutas sociais) como a matriz para se repensar a educação popular, como um todo, e o ensino para os jovens, em particular. Mantendo coerência com o projeto político-pedagógico delineado, as experiências direcionadas para o estabelecimento social da escola do trabalhador do campo privilegiam a gestão democrática da escola pública, envolvendo as dimensões política, administrativa e pedagógica. Convém lembrar que esta proposta se aproxima bastante da Pedagogia da Alternância, referida noutra passagem deste escrito, orientada pelos princípios da adequação à realidade rural e da união escola e trabalho produtivo. Com certeza, a transformação da educação rural constitui tarefa complexa que implica uma longa e árdua batalha a ser travada.